

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Austral Seguradora S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

Índice

Relatório da administração da Austral Seguradora S.A.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	3
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

A Austral Seguradora S.A. (doravante “Austral” ou “Seguradora”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos. Atualmente, a Seguradora atua nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais, compreensivo empresarial, responsabilidade civil, riscos de petróleo e riscos marítimos.

Os prêmios emitidos pela Austral, desconsiderando a operação de DPVAT, cresceram de R\$ 144 milhões no primeiro semestre de 2017 para R\$ 148,99 milhões no mesmo período de 2018. Esse crescimento de 3,5% está em consonância com as métricas de desempenho projetadas internamente, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela Seguradora.

Em 2018, a Austral segue sua trajetória como player relevante nos segmentos de riscos corporativos, confirmando o reconhecimento de seus clientes pela sua capacidade técnica e diferenciação na prestação de serviços.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma proporção estável em relação aos prêmios emitidos (desconsiderando a operação de DPVAT). Esse índice de despesas administrativas foi de 5,6% no semestre findo em 30 de junho de 2017 para 5,8% no primeiro semestre de 2018. O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do semestre findo em 30 de junho de 2018, tendo atingido R\$ 9,9 milhões. Ressaltamos que a Austral vem obtendo bons resultados financeiros seguindo uma política conservadora de investimentos.

A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Austral mantém seus títulos nas categorias “Títulos para negociação” e “Disponível para venda”, conforme explicitado nas demonstrações financeiras, e não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria “Mantido até o vencimento”.

Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido de R\$ 9,6 milhões no primeiro semestre de 2018. O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 146,6 milhões e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,2 bilhões nesse mesmo período. A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Por fim, a Austral agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.
Administração.

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor -- continuação

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte continuação da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias – continuação

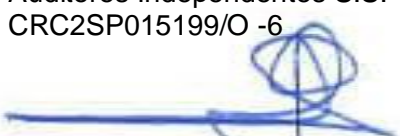
procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O -6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC1RJ094644/O-0

Balanço patrimonial
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	852.288	705.646
Disponível	22.673	7.217
Caixa e bancos	22.673	7.217
Aplicações (Nota 6)	266.592	243.832
Títulos de renda fixa - públicos	153.098	126.545
Quotas de fundos de investimentos	26.679	26.317
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	86.815	74.778
Aplicações no exterior	-	16.192
Créditos das operações com seguros e resseguros	140.664	119.949
Prêmios a receber (Nota 8)	135.390	108.616
Operações com seguradoras	1.510	3.308
Operações com resseguradoras	3.906	8.025
(-) Provisão para desvalorização	(142)	-
Outros créditos operacionais	9.944	68.774
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	382.676	236.373
Prêmio de resseguro diferido	130.033	141.258
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Nota 16)	57.963	45.642
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	194.589	49.473
Provisão despesa relacionada	91	-
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	4.267	6.909
Créditos a receber	17	3.934
Créditos tributários (Nota 10)	4.054	2.932
Outros créditos	196	43
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	25.472	22.592
Comissões diferidas - seguro	23.550	20.502
Comissões diferidas - cosseguro	1.922	2.090
Não circulante	359.429	276.463
Realizável a longo prazo	353.106	270.314
Aplicações (Nota 6)	57.128	39.651
Títulos de renda fixa - públicos	38.756	39.651
Aplicações no exterior	18.372	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	80.329	53.649
Prêmios a receber (Nota 8)	80.329	53.542
Operações com seguradoras	-	107
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	153.583	119.550
Prêmio de resseguro diferido	127.060	107.885
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	23.444	10.349
Provisão de despesas relacionadas	3.079	1.316
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	29.104	28.443
Depósitos judiciais (Nota 10)	29.104	28.443
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	32.962	29.021
Comissões diferidas - seguro	29.496	26.268
Comissões diferidas - cosseguro	3.466	2.753
Imobilizado (Nota 12)	3.114	3.283
Bens móveis	2.838	2.980
Outras imobilizações	276	303
Intangível (Nota 13)	3.209	2.866
Outros intangíveis	3.209	2.866
Total do ativo	1.211.717	982.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	31/12/2017
Passivo		
Circulante	717.551	567.817
Contas a pagar	6.332	7.950
Obrigações a pagar	376	5.032
Impostos e encargos sociais a recolher	3.896	1.779
Encargos trabalhistas	982	768
Impostos e contribuições	1.078	371
Débitos de operações com seguros e resseguros	150.853	180.863
Prêmios a restituir	427	183
Operações com seguradoras	9.774	7.591
Operações com resseguradoras (Nota 14)	124.858	160.108
Corretores de seguros e resseguros	15.245	12.503
Outros débitos operacionais	549	478
Depósitos de terceiros	7.477	2.545
Depósitos de terceiros	7.477	2.545
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	552.889	376.459
Provisão de prêmios não ganhos	203.470	210.655
Provisão de sinistros a liquidar	210.015	51.613
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	138.373	113.774
Provisão de despesa relacionada	92	-
Outras provisões	939	417
Não circulante	347.616	276.159
Contas a pagar	3.102	2.270
Tributos diferidos	3.102	2.270
Débito das operações com seguros e resseguros	61.756	35.109
Operações com seguradoras	6.872	425
Operações com resseguradoras (Nota 14)	41.802	27.821
Corretores de seguros e resseguros	13.082	6.863
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	282.748	238.770
Provisão de prêmios não ganhos	216.725	189.631
Provisão de sinistro a liquidar	62.683	47.653
Provisão de despesas relacionadas	3.340	1.486
Outros débitos	10	10
Processos administrativos	10	10
Patrimônio líquido (Nota 17)	146.550	138.133
Capital social	69.821	63.837
Aumento capital social em aprovação	-	5.984
Reserva de capital (Nota 21)	1.985	1.938
Reserva de lucros	66.153	66.153
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(1.002)	221
Lucro acumulado	9.593	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1.211.717	982.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos	163.429	160.765
Variações das provisões técnicas de prêmios	(13.508)	(21.145)
Prêmios ganhos (Nota 22.a)	149.921	139.620
Receita com emissão de apólices DPVAT	1.622	1.475
Sinistros ocorridos (Nota 22.b)	(188.704)	(82.779)
Custos de aquisição (Nota 22.c)	(13.916)	(11.108)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22.e)	(1.108)	(1.895)
Resultado com resseguro (Nota 22.d)	74.836	(24.837)
Despesas administrativas (Nota 22.f)	(9.500)	(8.924)
Despesas com tributos (Nota 22.g)	(3.268)	(2.044)
Resultado financeiro (Nota 22.h)	9.981	9.812
(=) Resultado operacional	19.864	19.320
Ganho ou perda com ativos não correntes	(5)	(435)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	19.859	18.885
Imposto de renda (Nota 18)	(4.191)	(3.192)
Contribuição social (Nota 18)	(3.324)	(2.620)
Participações sobre o lucro	(2.751)	(2.024)
(=) Lucro líquido do semestre	9.593	11.049
Quantidade de ações	56.566.347	53.941.999
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,17	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	9.593	11.049
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do semestre em períodos subsequentes:		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(2.223)	(689)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	1.000	310
Outros resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos	(1.223)	(379)
Total de outros resultados abrangentes do semestre, líquidos dos impostos	8.370	10.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.360	19.477	1.754	3.071	43.557	(19)	-	112.200
Aprovação do aumento capital social (Nota 17a)	19.477	(19.477)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	11.049	11.049
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(379)	-	(379)
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	125	-	-	-	-	125
Juros sobre capital próprio (Nota19)	-	-	-	-	-	-	(3.964)	(3.964)
Saldos em 30 de junho de 2017	63.837	-	1.879	3.071	43.557	(398)	7.085	119.031
Saldos em 31 de dezembro de 2017	63.837	5.984	1.938	4.447	61.706	221	-	138.133
Aprovação do aumento de capital (Nota 17.a)	5.984	(5.984)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	9.593	9.593
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(1.223)	-	(1.223)
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	47	-	-	-	-	47
Saldos em 30 de junho de 2018	69.821	-	1.985	4.447	61.706	(1.002)	9.593	146.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	9.593	11.049
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	711	389
Incentivo baseado em ações	47	125
Perda por redução ao valor recuperável	142	-
	10.493	11.563
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(41.460)	(60.169)
Créditos das operações com seguros e resseguros	11.293	(16.445)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(180.336)	(47.597)
Ativos fiscais diferidos	832	462
Títulos e créditos a receber	1.981	2.917
Depósito de terceiros	4.932	601
Custos de aquisição diferidos	(6.821)	(5.476)
Impostos e contribuições	8.808	2.968
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.327)	26.838
Obrigações a pagar	(4.442)	(3.774)
Provisões técnicas de seguros e resseguros	220.408	92.740
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.984)	(2.488)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.377	2.140
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixa de imobilizado	(75)	140
Aquisição de intangível	(846)	(659)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(921)	(519)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	15.456	1.621
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	7.217	23.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	22.673	24.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 06 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante o aumento de capital social da Austral Participações S.A. A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Seguradora S.A. foi ratificada pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia. A transferência do controle acionário, foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 08 de maio de 2018, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

b) Declaração de conformidade--Continuação

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e as alterações posteriores que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508 emitida em 9 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 30 de agosto de 2018.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros--Continuação

I) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) Títulos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Passivos de seguro

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para avaliação de contratos de seguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de resseguro, verificação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida por atuário responsável técnico.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Conforme a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, essa provisão é constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos no normativo.

A parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes a esses riscos vigentes na data base de cálculo, mas não emitidos pela Seguradora.

A metodologia de cálculo adotada pela Companhia tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da Seguradora. Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Passivos de seguro--Continuação

Provisão de prêmios não ganhos – PPNG--Continuação

Esse critério de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de despesa administrativa do DPVAT

Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário. Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimentos advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. A Seguradora não dispõe de um histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação de método que utilize sua base de sinistros própria. Dessa forma, ela recorreu às informações públicas disponibilizadas no Sistema de Estatísticas da SUSEP - SES, buscando um percentual padrão por linha de negócio, de empresas com operações semelhantes, a ser aplicado no seu prêmio base dos últimos doze meses. Ressalta-se que a Companhia deve observar os percentuais apurados de forma a utilizados e ajusta-los de acordo com as variações e/ou discrepâncias em relação ao acompanhamento realizado internamente, via testes de consistência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Passivos de seguro--Continuação

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR--Continuação

Uma vez que a Seguradora passe a apresentar uma base de dados madura que permita o cálculo estatístico da provisão de IBNR, essa passará a utilizar metodologia específica para todas as linhas de negócio em que opera. Além do montante apurado acima, o valor final de IBNR pode ser acrescido de uma parcela adicional de expectativa de sinistro para o grupo de riscos financeiros. Essa parcela deverá ser informada pelas respectivas áreas envolvidas com todas as expectativas avisadas à Seguradora que ainda não foram caracterizados sinistros.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Ramos	30 de junho de 2018	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
Lucros cessantes	397	13
Riscos de engenharia	488	16
Compreensivo empresarial	366	12
Riscos nomeados operacionais	366	12
Riscos de petróleo	488	16
Responsabilidade civil geral	397	13
Fiança locatícia	397	13
Garantia segurado - setor público	1.312	43
Garantia segurado - setor privado	610	20
Cascos marítimos	366	12

Ramos	30 de junho de 2017	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
Lucros cessantes	427	14
Riscos de engenharia	824	27
Riscos diversos	397	13
Riscos nomeados operacionais	366	12
Riscos de petróleo	427	14
Responsabilidade civil geral	793	26
Fiança locatícia	458	15
Garantia segurado - setor público	1.281	42
Garantia segurado - setor privado	946	31
Cascos marítimos	366	12

f) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

h) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

i) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

j) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

j) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do exercício.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

k) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre findo em 30 de junho de 2018 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

l) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Teste de adequação de passivo--Continuação

Os testes de adequação de passivo no semestre findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída, deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC.

m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC nº 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Apuração do resultado--Continuação

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

o) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do semestre.

p) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Normas e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

Conforme ata de reunião da Comissão Contábil da SUSEP de 25/01/2018, a discussão sobre esse pronunciamento será realizada ao longo desse ano na Comissão Contábil da SUSEP, a fim de avaliar a forma de adoção pelo mercado supervisionado. Foi destacado que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC adicionou ao cabeçalho do CPC nº 38 um aviso alertando que o pronunciamento continua válido enquanto sua revogação não for determinada pelo órgão regulador.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

O IFRS nº 16 *Leasing* estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR e provisão de despesas relacionadas - PDR.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2018 e 2017, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de “PSL judicial”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Seguradora subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30 de junho de 2018						
Ramo / Região geográfica	Centro					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Dpvat	1.142	2.510	661	7.319	2.803	14.435
Garantia	4.724	2.600	294	81.666	1.185	90.469
Fiança locatícia	-	7	7	275	-	289
Risco de engenharia	-	13	-	614	-	627
Responsabilidade civil	-	1	-	190	-	191
Risco de petróleo	-	657	-	22.753	-	23.410
Lucros cessantes	-	-	-	8.497	-	8.497
Riscos nomeados operacionais	1.069	-	-	2.845	-	3.914
Compreensivo empresarial	-	-	-	146	-	146
Marítimos - cascos	-	74	230	21.084	63	21.451
Total	6.935	5.862	1.192	145.389	4.051	163.429

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

a) Risco de seguro--Continuação

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30 de junho de 2017						
Ramo / Região geográfica	Centro					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Dpvat	1.336	2.814	796	8.449	3.354	16.749
Garantia	10.693	4.030	2.025	78.003	2.186	96.937
Fiança locatícia	-	5	-	432	-	437
Risco de engenharia	1	5	-	2.263	4	2.273
Responsabilidade civil	-	-	-	264	-	264
Risco de petróleo	-	-	-	27.056	-	27.056
Riscos diversos	-	-	-	(50)	-	(50)
Lucros cessantes	-	79	-	2.677	798	3.554
Riscos nomeados operacionais	1.104	84	-	5.156	2.250	8.594
Marítimos - cascos	-	53	9	4.573	316	4.951
Total	13.134	7.070	2.830	128.823	8.908	160.765

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30 de junho de 2018						
Ramo / Região geográfica	Centro					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Dpvat	1.336	2.814	796	8.449	3.354	16.749
Garantia	2.590	1.400	165	38.684	652	43.491
Fiança locatícia	-	4	4	137	-	145
Risco de engenharia	-	6	-	251	-	257
Responsabilidade civil	-	-	-	85	-	85
Risco de petróleo	-	83	-	2.389	-	2.472
Lucros cessantes	-	-	-	1.286	-	1.286
Riscos nomeados operacionais	309	-	(4)	606	-	911
Compreensivo empresarial	-	-	-	55	-	55
Marítimos - cascos	-	35	92	2.921	49	3.097
Total	4.235	4.342	1.053	54.863	4.055	66.178

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30 de junho de 2017						
Ramo / Região geográfica	Centro					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Dpvat	1.336	2.814	796	8.449	3.354	16.749
Garantia	5.718	2.408	1.171	40.611	1.107	51.015
Fiança locatícia	-	3	-	174	1	178
Risco de engenharia	-	3	-	437	2	442
Responsabilidade civil	-	-	-	89	-	89
Risco de petróleo	-	-	-	2.458	-	2.458
Riscos diversos	-	-	-	(35)	-	(35)
Lucros cessantes	-	4	-	246	33	283
Riscos nomeados operacionais	238	4	-	568	90	900
Marítimos - cascos	-	19	6	788	105	918
Total	7.292	5.255	1.973	53.785	4.692	72.997

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Seguradora em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (BBB), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (B++).

Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$1.510 (R\$3.308 em 31 de dezembro de 2017) em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

d) Risco de mercado--Continuação

Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente a empresa possui 69% (67% em 31 de dezembro de 2017) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 25% (26% em 31 de dezembro de 2017) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 6% (4% em 31 de dezembro de 2017) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazo de resgate até 120 dias.

Vale ressaltar que a Seguradora faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

	30 de junho de 2018			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativos e passivos				
Caixa e bancos	22.673	-	-	22.673
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	259.380	7.212	-	266.592
Ativos financeiros disponíveis para venda	57.128	-	-	57.128
Crédito das operações de seguros e resseguros	140.664	36.028	44.301	220.993
Outros créditos operacionais	9.944	-	-	9.944
Títulos e créditos a receber	4.267	29.104	-	33.371
Total de ativos	494.056	72.344	44.301	610.701
Contas a pagar	6.332	3.102	-	9.434
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	170.213	73.149	56.016	299.378
Débito das operações de seguros e resseguros	150.853	22.095	39.661	212.609
Depósitos de terceiros	7.477	-	-	7.477
Total de passivos	334.875	98.346	95.677	528.898

	31 de dezembro de 2017			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativos e passivos				
Caixa e bancos	7.217	-	-	7.217
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	236.684	7.148	-	243.832
Ativos financeiros disponíveis para venda	39.651	-	-	39.651
Crédito das operações de seguros e resseguros	119.949	23.343	30.306	173.598
Outros créditos operacionais	68.774	-	-	68.774
Títulos e créditos a receber	6.909	28.443	-	35.352
Total de ativos	479.184	58.934	30.306	568.424
Contas a pagar	7.950	2.270	-	10.220
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	140.086	60.829	58.391	259.306
Débito das operações de seguros e resseguros	180.863	11.894	23.215	215.972
Depósitos de terceiros	2.545	-	-	2.545
Total de passivos	331.444	74.993	81.606	488.043

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade

A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk - VAR* paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,10% do patrimônio da carteira ou 0,16% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+100 bps ^(*)	(3.270)	Inflação	-100 bps ^(*)	3.270
Câmbio	+5%	2.390	Câmbio	-5%	(2.390)
Total		(880)	Total		880

(*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 30 de junho de 2018.

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravo nos valores das indenizações avisadas dos últimos doze meses por ramo de atuação da Seguradora. Essa sinistralidade teste foi limitada a uma sinistralidade mínima de 10% sobre o prêmio ganho apurado por ramo dos últimos 12 meses. Os valores utilizados são brutos das operações de cosseguro aceito e líquidos das operações de cosseguro cedido. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros. Observa-se que a atual metodologia utilizada para cálculo do sinistro ocorrido, mas não avisado - IBNR não sofre impacto com esse agravo de sinistralidade.

A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados brutos e líquidos de resseguros, considerando as sinistralidades abaixo informadas por ramo de atuação da Seguradora:

Ramos	30 de junho de 2018				
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR líquido de resseguro
Lucros cessantes	10,00%	271	-	-	-
Compreensivo empresarial	10,00%	1	-	-	-
Riscos de engenharia	24,23%	231	22	-	-
Riscos nomeados operacionais	10,00%	376	1	-	-
Riscos de petróleo	68,41%	6.558	79	-	-
Responsabilidade civil geral	12,60%	6	-	-	-
Fiança locatícia	10,00%	70	-	-	-
Garantia segurado - setor público	177,63%	17.972	1.190	-	-
Garantia segurado - setor privado	97,83%	1.638	3.510	-	-
Cascos Marítimos	94,92%	827	11	-	-
Total		27.950	4.813	-	-

Ramos	30 de junho de 2017				
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR líquido de resseguro
Lucros cessantes	10,00%	461	29	14	1
Riscos de engenharia	13,26%	118	55	0	0
Riscos diversos	45,32%	64	43	5	4
Riscos nomeados operacionais	10,00%	866	2	0	0
Riscos de petróleo	11,45%	1.094	18	0	0
Responsabilidade civil geral	10,00%	24	6	0	0
Fiança locatícia	83,70%	43	19	4	2
Garantia segurado - setor público	10,00%	8.052	2.013	0	0
Garantia segurado - setor privado	191,96%	3.493	518	251	37
Cascos Marítimos	35,86%	204	12	-	-
Total		14.419	2.715	274	44

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Teste de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade--Continuação

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 30 de junho de 2018 é uma redução do resultado e do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$2.653 (R\$1.544 em 30 de junho de 2017).

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30 de junho de 2018						Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses					
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	86.815	-	-	-	86.815	86.815	27%	27%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	62.923	30.228	59.947	153.098	153.153	47%	47%	
Quotas de fundos de investimentos	-	26.679	-	-	-	26.679	26.679	8%	8%	
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	8.398	30.358	38.756	40.123	12%	12%	
Global bonds	4,80	-	-	4.592	-	4.592	4.725	2%	1%	
Corporate bonds – Bradesco	5,77	-	-	4.651	-	4.651	4.741	2%	2%	
Corporate bonds – Petrobras	5,33	-	-	4.568	-	4.568	4.765	1%	2%	
Corporate bonds – Itaú Unibanco	5,58	-	-	4.561	-	4.561	4.630	1%	1%	
Total		113.494	62.923	56.998	90.305	323.720	325.631	100%	100%	

	31 de dezembro de 2017						Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses					
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	74.778	-	-	-	74.778	74.778	26%	26%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	86.016	40.529	-	126.545	126.541	45%	45%	
Certificado de depósito no exterior	1,38%	-	16.192	-	-	16.192	16.192	6%	6%	
Quotas de fundos de investimentos	-	26.317	-	-	-	26.317	26.317	9%	9%	
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	8.452	31.199	39.651	39.284	14%	14%	
Total		101.095	102.208	48.981	31.199	283.483	283.112	100%	100%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados que a Seguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	30 de junho de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. <u>Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	6.159	20.520	26.679	6.342	19.975	26.317
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	86.815	86.815	-	74.778	74.778
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	153.098	-	153.098	126.545	-	126.545
Títulos de renda fixa no exterior - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	-	-	16.192	-	16.192
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	38.756	-	38.756	39.651	-	39.651
Global bonds	-	4.592	4.592	-	-	-
Títulos de renda fixa - privados:						
Corporate bonds - Bradesco	-	4.651	4.651	-	-	-
Corporate bonds - Petrobras	-	4.568	4.568	-	-	-
Corporate bonds - Itaú Unibanco	-	4.561	4.561	-	-	-
Total	198.013	125.707	323.720	188.730	94.753	283.483

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	215.237	12.334	227.571
(+) Aplicações	181.264	32.443	213.707
(-) Resgates	(167.545)	(8.168)	(175.713)
(+) Rendimentos	14.854	2.606	17.460
(+/-) Ajuste ao valor justo	22	436	458
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	243.832	39.651	283.483
(+) Aplicações	148.097	15.566	163.663
(-) Resgates	(133.261)	-	(133.261)
(+) Rendimentos	7.979	4.134	12.113
(+/-) Ajuste ao valor justo	(55)	(2.223)	(2.278)
Saldo final em 30 de junho de 2018	266.592	57.128	323.720

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas--Continuação

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	420.195	400.286
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	272.698	99.266
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	138.373	113.774
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.432	1.486
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	939	417
Total das provisões técnicas	835.637	615.229
Direitos creditórios	(172.598)	(141.403)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(36.275)	(34.696)
Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG	(129.455)	(139.497)
Recuperação de sinistros a liquidar - PSL	(218.033)	(59.822)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(57.963)	(45.642)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(3.169)	(1.316)
Depósitos judiciais redutores	(28.928)	(28.443)
Provisão do consórcio DPVAT	(86.747)	(74.678)
Total das exclusões	(733.168)	(525.497)
Total das provisões técnicas para cobertura	102.469	89.732
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	58.936	43.100
Notas do tesouro nacional - NTN-B	38.756	39.651
Quotas de fundos de investimentos	17.644	17.184
Quotas de fundo de investimento imobiliário	6.159	6.342
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	121.495	106.277
Suficiência	19.026	16.545

8. Crédito das operações com seguros

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios a receber - circulante	135.248	108.616
Prêmios a receber - não circulante	80.329	53.542
Total circulante e não circulante	215.577	162.158
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	28.112	53.138
De 31 a 60 dias	40.450	16.835
De 61 a 120 dias	24.665	15.858
De 121 a 180 dias	10.458	7.506
De 181 a 360 dias	26.201	11.501
Superior a 360 dias	80.329	53.542
Total de prêmios a vencer	210.215	158.380
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	2.949	3.113
De 31 a 60 dias	2.214	291
De 61 a 120 dias	322	374
De 121 a 180 dias	19	-
Total de prêmios vencidos	5.504	3.778
Provisão para perda de valor recuperável	(142)	-
Total de prêmios a receber	215.577	162.158

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com seguros--Continuação

Movimentação dos prêmios a receber

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	162.158	131.931
(+) Prêmios emitidos	211.142	324.353
(+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	(17.608)	26.306
(+) Imposto sobre operações financeiras - IOF	6.057	9.761
(+/-) Adicional de fracionamento	118	423
(-) Recebimentos	(146.148)	(330.616)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(142)	-
Saldo final	215.577	162.158

Cabe destacar que o valor de prêmios vencidos acima de 61 dias não foi contabilizado como redução ao valor recuperável, uma vez que a sua maior parte foi recebida, e a Companhia não considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, foi observado que a Seguradora tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes.

9. Ativos de resseguros - provisões técnicas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	57.963	45.642
Recuperação de despesa de sinistro	3.170	1.316
Recuperação de indenização de sinistro	218.033	59.822
Prêmio de resseguro diferido	257.093	249.143
Total geral	536.259	355.923
Total circulante	382.676	236.373
Total não circulante	153.583	119.550

10. Títulos e créditos a receber

a) Créditos tributários

Em 30 de junho de 2018, o valor de R\$4.054 (R\$2.932 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a: (i) R\$3.151 (R\$2.381 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR; (ii) R\$887 (R\$529 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$16 (R\$22 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

10. Títulos e créditos a receber--Continuação

a) Créditos tributários--Continuação

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

b) Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2018, o valor de R\$29.104 (R\$28.443 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à ação de consignação em pagamento proposta pela seguradora em face do segurado, por meio da qual a Seguradora depositou em juízo o valor da indenização securitária apurada em processo de regulação de sinistro (valor este devidamente atestado por laudo técnico), diante da discordância e recusa do segurado em receber o valor apurado. O referido valor poderá ser levantado pelo segurado e a ação seguirá em andamento com a discussão do controverso.

11. Custos de aquisição diferidos

Ramos	31/12/2017	Constituição	Diferimento / cancelamento	30/06/2018
Garantia	19.286	2.222	(838)	20.670
Fiança locatícia	69	44	(39)	74
Responsabilidade civil	82	-	(41)	41
Riscos de engenharia	1.573	-	(620)	953
Riscos de petróleo	504	804	(145)	1.163
Riscos nomeados e operacionais	156	296	(99)	353
Lucros cessantes	22	485	(12)	495
Marítimos - cascos	900	1.026	(206)	1.720
Compreensivo empresarial	-	17	(14)	3
Total circulante	22.592	4.894	(2.014)	25.472
Garantia	28.139	5.837	(1.733)	32.243
Fiança locatícia	14	-	(13)	1
Responsabilidade civil	24	-	(7)	17
Riscos de engenharia	842	-	(235)	607
Riscos de petróleo	2	187	(102)	87
Lucros cessantes	-	12	(12)	-
Marítimos - cascos	-	26	(19)	7
Total não circulante	29.021	6.062	(2.121)	32.962
Total circulante e não circulante	51.613	10.956	(4.135)	58.434

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

Ramos	31/12/2016	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2017
Garantia	15.144	4.657	(515)	19.286
Fiança locatícia	61	72	(64)	69
Responsabilidade civil	40	49	(7)	82
Riscos de engenharia	1.039	636	(102)	1.573
Riscos de petróleo	987	220	(703)	504
Riscos diversos	179	-	(179)	-
Riscos nomeados e operacionais	68	319	(231)	156
Lucros cessantes	49	43	(70)	22
Marítimos - cascos	614	776	(490)	900
Total circulante	18.181	6.772	(2.361)	22.592
Garantia	22.188	7.940	(1.989)	28.139
Fiança locatícia	28	3	(17)	14
Responsabilidade civil	63	8	(47)	24
Riscos de engenharia	1.637	170	(965)	842
Riscos de petróleo	99	93	(190)	2
Total não circulante	24.015	8.214	(3.208)	29.021
Total circulante e não circulante	42.196	14.986	(5.569)	51.613

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Aquisições	Baixa	Depreciação	30/06/2018
Equipamentos	20%	284	20	-	(43)	261
Instalações	10%	2.022	-	(11)	(116)	1.895
Móveis, máquinas e utensílios	10%	732	4	-	(54)	682
Outras imobilizações	10%	245	62	-	(31)	276
Total		3.283	86	(11)	(244)	3.114
	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2017
Equipamentos	20%	252	153	(48)	(73)	284
Instalações	10%	2.104	624	(720)	14	2.022
Móveis, máquinas e utensílios	10%	782	57	(5)	(102)	732
Outras imobilizações	10%	245	-	-	-	245
Total		3.383	834	(773)	(161)	3.283

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Amortização	30/06/2018
Direito de uso software	20%	2.866	846	(503)	3.209
Total		2.866	846	(503)	3.209

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Amortização	31/12/2017
Direito de uso software	20%	2.448	1.320	(902)	2.866
Total		2.448	1.320	(902)	2.866

14. Débito das operações seguro e resseguro - operações com resseguradoras

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedido	148.610	131.511
Comissão	(36.128)	(32.081)
Outros	12.376	60.678
Total circulante	124.858	160.108
Prêmios de resseguro cedido	68.737	47.553
Comissão	(27.076)	(19.732)
Outros	141	-
Total não circulante	41.802	27.821
Total geral	166.660	187.929

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros

Ramos	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Garantia:						
Provisões de prêmios não ganhos	317.641	292.326	(166.029)	(150.038)	151.612	142.288
Sinistro a liquidar - administrativo	78.713	5.551	(66.136)	(5.268)	12.577	283
Sinistro a liquidar - judicial	54.011	39.518	(22.761)	(10.266)	31.250	29.252
Sinistros ocorridos, mas não avisados	18.745	38.915	(15.495)	(35.796)	3.250	3.119
Provisões de despesas relacionadas	3.323	1.476	(3.064)	(1.308)	259	168
Total	472.433	377.786	(273.485)	(202.676)	198.948	175.110
Riscos nomeados e operacionais:						
Provisões de prêmios não ganhos	2.614	1.524	(2.400)	(1.751)	214	(227)
Sinistro a liquidar - administrativo	286	101	(285)	(100)	1	1
Sinistros ocorridos, mas não avisados	334	1.220	(269)	(1.141)	65	79
Total	3.234	2.845	(2.954)	(2.992)	280	(147)
Compreensivo empresarial:						
Provisões de prêmios não ganhos	103	-	(64)	-	39	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	2	-	(2)	-	0	-
Total	105	-	(66)	-	39	-
Lucros cessantes:						
Provisões de prêmios não ganhos	8.079	576	(6.868)	(502)	1.211	74
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.357	98	(1.195)	(92)	162	6
Total	9.436	674	(8.063)	(594)	1.373	80
Fiança locatícia:						
Provisões de prêmios não ganhos	337	395	(180)	(172)	157	223
Sinistros ocorridos, mas não avisados	55	35	(40)	(19)	15	16
Total	392	430	(220)	(191)	172	239
Riscos de engenharia:						
Provisões de prêmios não ganhos	16.790	21.719	(14.213)	(17.968)	2577	3.751
Sinistro a liquidar - administrativo	2.043	767	(2.040)	(762)	3	5
Sinistro a liquidar - judicial	915	95	(683)	(83)	232	12
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.373	409	(1.065)	(400)	308	9
Provisões de despesas relacionadas	30	10	(28)	(8)	2	2
Total	21.151	23.000	(18.029)	(19.221)	3122	3.779
DPVAT:						
Sinistros a liquidar - administrativo	1.784	1.726	-	-	1.784	1.726
Sinistro a liquidar - judicial	7.757	8.039	-	-	7.757	8.039
Sinistros ocorridos, mas não avisados	76.266	64.496	-	-	76.266	64.496
Provisões de despesas relacionadas	939	417	-	-	939	417
Total	86.746	74.678	-	-	86.746	74.678

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Ramos:	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Riscos de petróleo:						
Provisões de prêmios não ganhos	49.896	74.924	(46.795)	(72.490)	3.101	2.434
Sinistro a liquidar - administrativo	114.743	40.393	(113.823)	(40.279)	920	114
Sinistros ocorridos, mas não avisados	34.176	8.235	(34.021)	(7.940)	155	295
Provisões de despesas relacionadas	78	-	(77)	-	1	-
Total	198.893	123.552	(194.716)	(120.709)	4.177	2.843
Riscos marítimos – cascos:						
Provisões de prêmios não ganhos	24.243	8.243	(20.201)	(5.817)	4.042	2.426
Sinistro a liquidar - administrativo	12.382	3.073	(12.244)	(3.063)	138	10
Sinistros ocorridos, mas não avisados	5.670	319	(5.582)	(224)	88	95
Provisões de despesas relacionadas	1	-	(1)	-	-	-
Total	42.296	11.635	(38.028)	(9.104)	4.268	2.531
Riscos diversos:						
Sinistro a liquidar – administrativo	3	3	(1)	(1)	2	2
Total	3	18	(1)	(6)	2	12
Responsabilidade civil geral:						
Provisões de prêmios não ganhos	492	578	(343)	(405)	149	173
Sinistro a liquidar – administrativo	61	-	(60)	-	1	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	395	33	(294)	(25)	101	8
Total	948	611	(697)	(430)	251	181
Total circulante	552.889	376.459	(382.676)	(236.373)	170.214	140.086
Total não circulante	282.748	238.770	(153.583)	(119.550)	129.164	119.220
Total geral	835.637	615.229	(536.259)	(355.923)	299.378	259.306

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Desenvolvimento das provisões de prêmios não ganhos	30 de junho de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	400.286	(249.143)	151.143	328.841	(195.524)	133.317
Prêmios emitidos no período	148.994	(97.192)	51.802	322.011	(237.405)	84.606
Prêmio ganho no período	(136.150)	95.138	(41.012)	(254.096)	186.838	(67.258)
Ganho variação cambial	7.065	(5.896)	1.169	3.530	(3.052)	478
Final do período	420.195	(257.093)	163.102	400.286	(249.143)	151.143
Desenvolvimento das provisões de sinistro						
Em 1º de janeiro	140.265	(106.780)	33.485	30.902	(26.976)	3.926
Indenizações avisadas	164.509	(158.975)	5.534	154.998	(144.262)	10.736
Despesas com sinistro	4.022	(3.602)	420	2.129	(1.723)	406
Recuperação de indenização	(1.503)	716	(787)	(1.671)	24.559	22.888
Recuperação de despesa	(14)	-	(14)	(36)	-	(36)
Variação de sinistro ocorrido, mas não avisado	12.829	(12.321)	508	36.546	(34.849)	1.697
Sinistros pagos no período	(6.098)	15.999	9.901	(85.086)	78.521	(6.565)
Despesas relacionadas pagas	(2.224)	1.884	(340)	(2.047)	1.656	(391)
Recuperação de despesa relacionada	17	-	17	36	-	36
Variação cambial	14.719	(14.676)	43	1.526	(1.525)	1
Atualização monetária	2.175	(1.411)	764	2.968	(2.181)	787
Final do período	328.697	(279.166)	49.531	140.265	(106.780)	33.485
Movimentação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados						
Em 1º de janeiro	49.278	(45.642)	3.636	12.732	(10.793)	1.939
Movimentação	12.829	(12.321)	508	36.546	(34.849)	1.697
Final do período	62.107	(57.963)	4.144	49.278	(45.642)	3.636
Movimentação da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	1.487	(1.316)	171	1.155	(1.004)	151
Movimento	1.945	(1.854)	91	331	(312)	19
Final do período	3.432	(3.170)	262	1.486	(1.316)	170
Movimentação da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	89.502	(59.822)	29.680	17.015	(15.179)	1.836
Movimento	173.655	(158.211)	15.444	72.486	(44.643)	27.843
Final do período	263.157	(218.033)	45.124	89.501	(59.822)	29.679

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Conciliação das provisões	30 de junho de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Provisão de sinistros a liquidar	263.157	(218.033)	45.124	89.501	(59.822)	29.679
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	62.107	(57.963)	4.144	49.278	(45.642)	3.636
Provisões de despesas relacionadas	3.432	(3.170)	262	1.486	(1.316)	170
Provisão total de sinistros	328.696	(279.166)	49.530	140.265	(106.780)	33.485
Provisão de prêmios não ganhos	420.195	(257.093)	163.102	400.286	(249.143)	151.143
Total geral	748.891	(536.259)	212.632	540.551	(355.923)	184.628

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros apresentado nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois as informações demonstradas do DPVAT são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Tabela de desenvolvimento de sinistro a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Sinistros avisados:							
No final de ano de aviso	1.051	20.905	712	131.006	4.441	17.756	102.458
01 ano depois	1.648	20.702	618	94.695	39.306	62.958	-
02 anos depois	1.831	20.735	612	99.644	43.148	-	-
03 anos depois	1.805	20.735	612	111.448	-	-	-
04 anos depois	1.810	20.735	312	-	-	-	-
05 anos depois	1.814	20.735	-	-	-	-	-
06 anos depois	1.814	-	-	-	-	-	-
Correção monetária judicial	2	-	-	1.108	226	663	-
Variação cambial	-	-	-	-	5.916	5.301	3.531
Total de sinistros avisados	1.816	20.735	312	112.556	49.290	68.922	105.989
Falta acumulada	765	(170)	(400)	(18.450)	44.849	51.166	-
Falta acumulada	73%	(1%)	(56%)	(14%)	1.010%	43%	-
<u>Ano de aviso</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Pagamentos efetuados:							
No final de ano de aviso	411	8.518	30	686	2.083	76.050	1
01 ano depois	1.264	19.699	208	80.376	2.905	82.147	-
02 anos depois	1.774	20.735	312	88.590	2.905	-	-
03 anos depois	1.774	20.735	312	88.590	-	-	-
04 anos depois	1.774	20.735	312	-	-	-	-
05 anos depois	1.774	20.735	-	-	-	-	-
06 anos depois	1.774	-	-	-	-	-	-
Total de pagamentos	1.774	20.735	312	88.590	2.905	82.147	1
Provisão de sinistros a liquidar	639	12.771	1.742	130.761	17.015	89.501	263.157
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	1.072	8.009	5.461	10.167	12.732	49.278	62.107
Total de passivo	1.711	20.780	7.203	140.928	29.747	38.779	325.264

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistro a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Sinistros avisados:							
No final de ano de aviso	735	19.445	513	128.832	3.089	83.536	99.858
01 ano depois	1.154	19.494	384	93.942	37.889	127.870	-
02 anos depois	1.282	19.518	378	98.767	40.552	-	-
03 anos depois	1.263	19.518	378	110.352	-	-	-
04 anos depois	1.267	19.518	198	-	-	-	-
05 anos depois	1.270	19.518	-	-	-	-	-
06 anos depois	1.270	-	-	-	-	-	-
Correção monetária judicial	2	-	-	1.100	146	1	-
Variação cambial	-	-	-	-	5.901	5.278	3.524
Total de sinistros avisados	1.272	19.518	198	111.452	46.599	133.149	103.382
Falta acumulada	537	73	(315)	(17.380)	43.510	49.613	-
Falta acumulada	73%	-	(61%)	(13%)	1.409%	59%	-
<u>Ano de aviso</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Recebimentos efetuados:							
No final de ano de aviso	288	7.585	23	249	907	69.658	10.047
01 ano depois	885	18.552	95	81.150	1.583	75.611	-
02 anos depois	1.242	19.518	198	89.337	1.583	-	-
03 anos depois	1.242	19.518	198	89.337	-	-	-
04 anos depois	1.242	19.518	198	-	-	-	-
05 anos depois	1.242	19.518	-	-	-	-	-
06 anos depois	1.242	-	-	-	-	-	-
Total de recebimentos	1.242	19.518	198	89.337	1.583	75.611	10.047
Provisão de sinistros a liquidar	447	12.129	1.472	128.894	15.179	59.822	218.033
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	646	7.039	4.416	9.240	10.793	45.642	57.963
Total do ativo	1.093	19.168	5.888	138.134	25.972	105.464	275.996

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

	30/06/2018	31/12/2017
Evolução de sinistros administrativos:		
Até 01 ano	1.784	1.726
Provisão de sinistro a liquidar administrativo	1.784	1.726
Evolução de sinistros judiciais:		
Até 01 ano	2.460	2.897
De 01 a 02 anos	1.925	1.869
De 02 a 03 anos	1.240	1.247
De 03 a 04 anos	864	783
De 04 a 05 anos	485	458
Superior a 05 anos	783	785
Provisão de sinistro a liquidar judicial	7.757	8.039
Total provisão de sinistro a liquidar	9.541	9.765
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	76.266	64.496

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social subscrito e integralizado é representado por 56.566.347 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.998 e a subscrição em espécie no montante de R\$14.479, com emissão de novas ações, no montante de R\$19.477 com a emissão de 9.837.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,98. Assim, o capital social de R\$44.360 aumentou para R\$63.837, e o número de ações de 44.104.964 para 53.941.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 285, de 22 de março de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.984, com emissão de 2.624.348 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,28. Assim, o capital social de R\$63.837 aumentou para R\$69.821, e o número de ações de 53.941.999 para 56.566.347 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 786, de 29 de janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido	146.550	138.133
Intangível	(3.209)	(2.866)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	3.965	2.231
Patrimônio líquido ajustado - PLA	147.306	137.498
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição (CRsubs)	9.964	14.036
Capital adicional de risco operacional (CROper)	3.426	2.522
Capital adicional de risco de crédito (CRcred)	15.539	18.760
Capital adicional de risco de mercado (CRMerc)	8.886	5.921
Benefício da diversificação	(8.163)	(7.985)
Capital de risco - CR (b)	29.652	33.254
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	29.652	33.254
Patrimônio líquido ajustado	147.306	137.498
(-) Exigência de capital - EC	29.652	33.254
Suficiência de capital - R\$	117.654	104.244
Suficiência de capital (% da EC)	397%	313%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão reconciliados, como se segue:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	19.860	19.860	18.885	18.885
Participações estatutárias no lucro	(2.751)	(2.751)	(2.024)	(2.024)
Juros sobre o capital	-	-	(3.964)	(3.964)
Base de cálculo	17.109	17.109	12.897	12.897
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(4.265)	(3.422)	(3.224)	(2.579)
Outras (adições) / exclusões permanentes	(10)	(8)	(7)	(5)
Variação cambial	249	199	328	263
Ajuste a valor de mercado	707	566	(77)	(62)
Outras provisões	151	121	158	126
(Adições) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	1.107	886	409	327
Deduções fiscais	29	-	39	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.139)	(2.544)	(2.783)	(2.257)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	(1.052)	(780)	(409)	(363)
Total de receita / (despesa)	(4.191)	(3.324)	(3.192)	(2.620)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, e a emissão de apólices de seguros e contratos de resseguros, cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e resultado com resseguro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$706 (R\$682 em 30 de junho de 2017). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Inbrands S.A.	-	-	-	3	-	(3)
BK Brasil Operação e Ass. de Restaurante S.A.	1	2	-	12	41	33
Companhia de Marcas	-	-	-	341	-	(341)
Unidas S.A.	-	-	-	-	-	55
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	-	-	284	284	-	(165)
CHL CVI Incorporações Ltda.	1.500	4	-	7	-	-
CHL CXLIX Incorporações Ltda.	-	-	-	-	-	(4)
GDP 1 Incorporações Ltda.	43	-	173	-	-	(170)
Fundo de Investimento Imobiliário RM Leblon	-	-	-	-	-	(604)
Gold Los Angeles Emp. Imobiliários SPE Ltda.	-	42	-	198	-	-
Braquiara Empreendimentos	-	-	38	38	229	(222)
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	25	48	(193)	(152)
Austral Participações S.A.	-	-	-	817	-	(3.964)
Austral Resseguradora S.A.	62.565	26.968	31.696	52.948	(35.872)	(3.220)
Administradores	-	-	-	-	(706)	(682)
Total	64.109	27.016	32.216	54.696	(36.959)	(9.439)

20. Ramos de atuação

Os ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2018 e 2017 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (a)		Índice de comercialização (b)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Garantia	66.466	55.461	107,39	54,16	16,47	15,91
Fiança locatícia	348	289	12,01	151,40	21,67	22,02
Riscos de engenharia	5.556	4.827	55,33	46,82	16,66	10,80
Riscos de petróleo	53.337	51.635	165,25	65,27	1,13	1,16
Cascos marítimos	6.111	3.679	215,62	53,25	11,90	13,54
Riscos diversos	1	471	(1.444,24)	26,96	27,77	17,67
Responsabilidade civil geral	277	167	153,26	(7,82)	19,16	11,46
Riscos nomeados e operacionais	2.824	4.487	(16,77)	5,17	11,60	5,20
Compreensivo empresarial	42	-	4,70	-	2,16	-
Lucros cessantes	1.188	2.156	105,93	(2,64)	7,03	3,14
DPVAT	13.771	16.448	84,92	85,67	1,26	1,20
Total de prêmios ganhos	149.921	139.620				

- a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / (prêmio emitido líquido - variação da provisão de prêmios não ganhos).
b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

20. Ramos de atuação--Continuação

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 são:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Garantia	83.663	89.642	(43.311)	(41.945)	40.352	47.697	48,23	53,21	51,77	46,79
Fiança locatícia	293	430	(145)	(256)	148	174	50,51	40,47	49,49	32,09
Responsabilidade civil geral	46	49	(30)	(22)	16	27	34,78	55,10	65,22	45,34
Riscos de engenharia	757	744	(504)	(456)	253	288	33,42	38,71	66,58	61,27
Riscos de petróleo	44.395	24.571	(41.845)	(22.786)	2.550	1.785	5,74	7,26	94,26	92,74
Riscos diversos	-	(1)	-	-	-	(1)	-	100,00	-	-
Lucros cessantes	6.040	-	(5.093)	-	947	-	15,68	-	84,32	-
Riscos nomeados operacionais	733	-	(525)	-	208	-	28,38	-	71,62	-
Compreensivo empresarial	30	-	(17)	-	13	-	43,33	-	56,67	-
Marítimos - cascos	19.192	1.270	(16.241)	(1.024)	2.951	246	15,38	19,37	84,62	80,59
DPVAT	14.435	16.749	-	-	14.435	16.749	100,00	100,00	-	-
Total	169.584	133.454	(107.711)	(66.489)	61.873	66.965	36,49	50,18	63,51	49,82

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Garantia	7.815	3.649	(3.985)	(1.645)	3.830	2.004	49,01	54,92	50,99	45,08
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riscos de engenharia	7	903	(3)	(865)	4	38	57,14	4,21	42,86	95,79
Riscos de petróleo	35	72	(17)	(35)	18	37	51,43	51,04	48,57	48,61
Lucros cessantes	168	3.206	(140)	(3.002)	28	204	16,67	6,36	83,33	93,64
Riscos nomeados operacionais	3.038	9.264	(2.363)	(8.270)	675	994	22,22	10,73	77,78	89,27
Compreensivo empresarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimos - cascos	389	1.472	(279)	(1.262)	110	210	28,28	14,21	71,72	85,79
Total	11.452	18.566	(6.787)	(15.079)	4.665	3.487	40,74	18,78	59,26	81,22

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 são:

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro de RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Garantia	(1.010)	3.646	318	(2.332)	(692)	1.314	68,51	36,05	31,49	63,95
Fiança locatícia	(3)	7	1	(3)	(2)	4	66,67	57,14	33,33	42,86
Responsabilidade civil geral	144	215	(75)	(153)	69	62	47,92	28,84	52,08	71,16
Riscos de engenharia	(136)	626	137	(510)	1	116	(0,74)	18,53	100,74	81,47
Riscos de petróleo	(21.020)	2.413	20.924	(1.777)	(96)	636	0,46	26,36	99,54	73,64
Riscos diversos	-	(49)	-	15	-	(34)	-	69,39	-	30,61
Lucros cessantes	2.291	348	(1.980)	(269)	311	79	13,57	22,70	86,43	77,30
Riscos nomeados operacionais	142	(670)	(115)	576	27	(94)	19,01	14,03	80,99	85,97
Compreensivo empresarial	115	-	(74)	-	41	-	35,65	-	64,35	-
Marítimos - cascos	1.869	2.209	(1.833)	(1.747)	36	462	1,93	20,91	98,07	79,09
Total	(17.608)	8.745	17.303	(6.200)	(305)	2.545	1,73	29,10	98,27	70,90
Total geral	163.428	160.765	(97.195)	(87.768)	66.233	72.997	40,53	45,41	59,47	54,59

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2018	30/06/2017
Resseguradora local	(52.956)	(49.830)
Resseguradora admitida	(38.737)	(37.422)
Resseguradora eventual	(5.499)	(516)
Total	(97.192)	(87.768)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Seguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de *vesting*, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de *vesting*, dependendo do beneficiário, sendo a última data de *vesting* em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última data de *vesting* em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	10.474.396
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2017	8.980.039
Totalidade de opções exercidas	-
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2018	10.474.396
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2018	9.030.443

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.474.396 opções em aberto representam uma diluição de até 4,30% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações. Nenhuma opção foi exercida até 30 de junho de 2018.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Seguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2018 no montante de R\$1.985 (R\$1.938 em 31 de dezembro de 2017).

22. Detalhamento de contas de resultado

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
a) <u>Prêmios</u>		
Prêmios emitidos direto	180.891	117.087
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	11.452	18.566
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(25.741)	(381)
Prêmio emitido DPVAT	14.435	16.749
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(17.608)	8.745
Variação das provisões técnicas	(13.508)	(21.146)
Prêmios ganhos	149.921	139.620
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações diretas	(164.636)	(66.852)
Indenizações DPVAT	(7.253)	(7.209)
Despesas diretas	(2.566)	(603)
Despesas DPVAT	(2.742)	(2.964)
Recuperação de sinistro	1.538	1.315
Salvados e ressarcimentos	1.500	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	(12.829)	(2.548)
Sinistros ocorridos, mas não avisados DPVAT	(1.716)	(3.918)
Total	(188.704)	(82.779)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	30/06/2018	30/06/2017
c) <u>Custo de aquisição</u>		
Comissões sobre prêmios emitidos	(25.157)	(16.566)
Recuperação de comissão de cosseguro	4.896	38
Varição despesa de comercialização diferida	6.345	5.337
Outros custos de aquisição	-	83
Total	(13.916)	(11.108)
d) <u>Resultado com resseguro</u>		
Recuperação de indenização	155.365	62.963
Recuperação de despesas com indenização	3.601	463
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	12.394	1.851
Receitas com participação no lucro	114	-
Prêmio cedido em resseguro	(97.192)	(87.768)
Repasse de salvados e ressarcimento	(1.500)	-
Provisão de prêmio não ganho	2.054	(2.346)
Total	74.836	(24.837)
e) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas		
Recuperação receitas resseguro	629	547
Recuperação custo bilhete DPVAT	73	28
Outras despesas		
Tarifa bancária	(38)	(17)
Tarifa bancária DPVAT	(1.368)	(1.405)
Inspeção de risco	(69)	(48)
Provisão recebimento de prêmios duvidosos	(67)	-
Outras despesas DPVAT	(268)	(362)
Outras	-	(638)
Total	(1.108)	(1.895)
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(4.623)	(4.482)
Despesas com localização e funcionamento	(1.733)	(1.668)
Despesas com serviços de terceiro	(771)	(726)
Despesas com depreciação e amortização	(711)	(659)
Despesa administrativa DPVAT	(1.453)	(1.197)
Outras	(209)	(192)
Total	(9.500)	(8.924)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
g) <u>Despesa com tributos</u>		
Despesas com COFINS	(2.310)	(1.410)
Despesas com PIS	(375)	(228)
Taxa de fiscalização	(300)	(282)
Outras	(283)	(124)
Total	(3.268)	(2.044)
h) <u>Resultado financeiro</u>		
Receitas		
Títulos para negociação DPVAT	2.449	3.889
Títulos para negociação	7.031	8.776
Títulos disponíveis para venda	4.901	1.435
Com operações de seguros	34.325	3.090
Valorização cambial do disponível	2.055	1.074
Outras receitas	119	298
Despesas		
Títulos para negociação DPVAT	(2.449)	(3.889)
Títulos para negociação	(1.556)	(677)
Títulos disponíveis para venda	(767)	(383)
Com operações de seguros	(35.738)	(2.650)
Encargos com obrigações	(5)	(2)
Desvalorização cambial do disponível	(372)	(1.124)
Outras despesas	(12)	(21)
Total	9.981	9.812

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

24. Responsáveis

Conselheiros:

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade:

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ 078.781/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029